

16 FEV 1986

*Dir. Górnica***Barbosa Lima Sobrinho**

**O** primeiro passo teria que ser, realmente, esse que foi dado pelo Ministro da Fazenda, Sr Dilson Funaro, e pelo presidente do Banco Central o Sr Fernando Bracher, no sentido de libertar os projetos do pagamento da dívida externa da presença ou da interferência do Fundo Monetário Internacional. Que não era fácil, atestam as notícias dos entrechoques, nos bastidores da cúpula financeira. Pena que os delegados brasileiros tivessem guardado reserva. Mas o pouco que se soube registra episódios como o da audiência com Paul Volcker, no Federal Reserve Board, quando o Sr Funaro explicou que o Governo Brasileiro não aceitava a intermediação do FMI, e o Sr Volcker deixou falar o Ministro da Fazenda do Brasil, para replicar, sumariamente, como conclusão:

— Isso não existe.

Não seria possível excluir o Fundo Monetário, peça indispensável nos planos de Bretton Woods. Pois o que estava em jogo não era apenas o caso brasileiro, mas todo o sistema financeiro construído naquela conferência de 1944. A resistência brasileira levaria a pensar na construção de outros planos, que também não resolverão nada, se se deliberar a cobrança integral da imensa dívida, com que se defrontam todos os países do Terceiro Mundo. Porque estamos diante de uma dívida que não poderá ser paga. E quanto mais resistirem os credores a admitir novos entendimentos, tanto pior para eles, e para os banqueiros de todo o mundo.

Quanto ao Brasil, não ignora o total da dívida que em 20 anos passou de cerca de três bilhões a mais de 100 bilhões de dólares. Como não desconhece que, nesses 20 anos, o dólar passou de cerca de mil cruzeiros a mais de dezesseis mil cruzeiros. Como pagar mais de 100 bilhões de dólares com o dólar de dezesseis mil cruzeiros? É a pergunta que se faz, e para a qual não encontra outra solução do que aquela que Tancredo Neves e o presidente José Sarney não admitem, isto é, o pagamento à custa da miséria e da fome do povo brasileiro. Situação que não é apenas do Brasil, como de todos os países do Terceiro Mundo.

O Fundo Monetário Internacional não ignora nada disso. E faz planos de pagamento *in anima vili*, como num laboratório de anatomia, como se tratasse de cadáveres, e não de povos vivos e vigilantes. Mas que se importa o FMI com os povos do Terceiro Mundo? Será que, para ele, existem

# O primeiro passo

esses milhões de seres humanos, dispersos em tantos países devedores? A função do FMI é, tão-somente, a de um cobrador, para o qual só existe um credor exigente e, por isso mesmo, intratável. Não tem nenhum interesse na sorte e no destino dos devedores, que procura transformar em pagadores exemplares. Por isso os planos que prepara não visam senão ao pagamento das dívidas, doa a quem doer, custe o que custar. Como quem cuidasse do regime alimentar de réus condenados à cadeira elétrica. Será que existem povos, por detrás dos órgãos financeiros com que estão tratando?

A dívida, nem sempre, é um ato voluntário, incluído na faixa ampla do livre arbítrio. Às vezes se impõe como uma necessidade inadiável, apoiada a fatores irresistíveis. Não teria sido essa, pelo menos algumas vezes, uma das razões que levaram os países do Terceiro Mundo a aceitar empréstimos que lhes eram oferecidos, por exemplo, para pagar o petróleo de que precisavam, com o preço decuplicado por imposição da OPEP? Ou para pagar juros de empréstimos anteriores, com um dólar valorizado pelas manobras do governo dos Estados Unidos?

Estamos diante da moral do êxito, com que o protestantismo se valorizava, em face de moralistas que maldiziam os juros usurários, que Santo Tomaz de Aquino condenava com veemência e indignação. O lucro acabava se incorporando no julgamento divino. Mas mesmo nessa orientação, com que se justificavam juros mórbidos, como explicar, ou justificar, juros escorchantes, como os que estão sendo agora arrancados à economia popular? Juros de mais de 20%? Juros que exigem

sacrifícios, e aquela fome e miséria a que se reportava Tancredo Neves, e contra os quais se rebela o presidente José Sarney?

Não se argumente com os juros que estão sendo exigidos nos países devedores, pois que são juros que incorporam a correção monetária da depreciação do papel-moeda. E os juros internacionais são acrescentados à queda do valor das moedas nacionais dos países devedores. É uma dívida que aumenta dia por dia, como consequência da valorização do dólar. Se somássemos essas duas contribuições, estaríamos diante de juros dobrados, o suficiente para deixar saudades daqueles tempos em que os empréstimos ingleses ainda ficavam na ordem de 5 ou 6%. Mas também não exageremos nessa saudade, se pensarmos em que havia empréstimos que vinham pela metade, ficando a dívida na importância do total da dívida contraída. Não direi a piedade, pois que seria exagero, mas a própria humanidade nada tinha que fazer, em face desses negócios do mundo financeiro.

No caso atual, ainda haveria que considerar que os empréstimos não se fizeram tão-somente no interesse dos devedores, eram reclamados pelos próprios banqueiros que, com as suas caixas fortes abarrotadas de petrodólares, precisavam dividir, com os países devedores, o encargo de pagar o preço dos depósitos bancários realizados. Se os bancos não encontrassem tomadores desses empréstimos, como pagariam os juros devidos aos depositantes dos petrodólares?

Quando levados em consideração todos esses fatores, tem-se o direito de considerar os banqueiros como sócios de um mesmo negócio, que acabou não dando certo, o que justifica, agora, uma divisão dos prejuízos. E que não deu certo, antes de tudo, pela excessiva valorização do dólar, como consequência de manobras realizadas pelo governo do presidente Reagan. Se o dólar subiu tanto, há necessidade imperiosa de fazer baixar os juros. Nada mais do que uma consequência da política monetária orientada pelos Estados Unidos.

A moral nunca poderá servir de escudo para a espoliação de povos miseráveis. E se os banqueiros não quiserem levar em conta realidades que estão aí; à vista de todos, podem ficar expostos, de futuro, a consequências capazes de abalar a própria ordem financeira mundial. Não será o caso do Peru, tão-somente, uma advertência, como revelação de empréstimos que nunca poderão ser pagos, com os juros escorchantes que os oneram?

